



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

OFÍCIO CIRCULAR Nº 43/2024–GP

Belém, 11 de abril de 2024.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz (a) de Direito do Estado do Pará

ASSUNTO: VIII SEMANA ESTADUAL DE CONCILIAÇÃO E I SEMANA NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

Senhor(a) Juiz(a) de Direito(a),

Cumprimentando-o(a), informo que excepcionalmente, realizaremos no período de **23 de maio a 7 de junho de 2024** de **8h as 17h**, a **VIII SEMANA ESTADUAL DE CONCILIAÇÃO** em conjunto com a **I SEMANA NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS**, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, sendo essa uma ação já institucionalizada por este Tribunal, tendo por objetivo oferecer ao jurisdicionado um meio célere para solução de sua demanda, visando disseminar e fortalecer a cultura da paz e do diálogo, bem como desestimular condutas que tendem a gerar conflitos, proporcionando às partes uma experiência exitosa por meio da conciliação.

A Comissão destinada à organização do Movimento pela Conciliação no Estado do Pará foi constituída por meio da Portaria nº 417/2024 - GP, e contará com o apoio das Secretarias de Administração, Gestão de Pessoas, Informática e Planejamento, Coordenação e Finanças, bem como das Coordenadorias de Cerimonial, Estatística e Imprensa.

Neste ano, a responsabilidade das unidades judiciárias é ainda maior, haja vista que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará comemora 150 anos de existência e almeja o Prêmio CNJ de Qualidade na modalidade Ouro, e nada melhor do que a obtenção de um resultado mais significativo que nos anos anteriores.

Portanto, diante da necessidade de fomentar a prestação jurisdicional por meio da conciliação, convoco os senhores(as) Magistrados(as) e Diretores(as) de

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br



TJPAMEM202419731A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

Secretaria para participar da respectivas Semanas em sua unidade judiciária, com competência cível ou criminal, bem como nos eventos programados para os magistrados(as) com atuação nos Juizados Especiais, devendo ser observadas as seguintes diretrizes:

1 - As audiências de conciliação poderão ser realizadas nas modalidades **presencial e/ou virtual**, nas dependências de cada uma das unidades judiciárias, no horário das 8h às 17hs.

2 - A participação de todos(as) será obrigatória, incumbindo ao magistrado(a) de cada unidade judiciária informar **impreterivelmente até o dia 10 de maio de 2023**, o número de audiências de conciliação agendadas e o quantitativo de servidores, conciliadores e colaboradores que participarão do evento, através do preenchimento do "**Formulário de Previsão – Semana de Conciliação**", disponível no site do Tribunal de Justiça, na página do NUPEMEC no **Portal da Conciliação**, ou por meio do link <https://forms.office.com/r/ey5yTu2kck>.

3 - Caberá aos magistrados(as), juntamente com sua equipe, a seleção e triagem dos feitos que comportem medida conciliatória, como ato de gestão funcional, considerando-se, inclusive, aqueles processos cuja conciliação for demandada por qualquer das partes.

4 – Feita a triagem dos processos, o(a) magistrado(a) deverá proferir despacho designando a audiência de conciliação, intimando as partes e seu advogado, bem como o devido cadastro e acompanhamento da audiência no sistema PJe, observadas as regras previstas no art. 334 do NCPC.

5 – No âmbito dos juizados especiais e nas varas que comportam aplicação da Lei 9.099/95, o magistrado(a) poderá realizar audiência uma e seus consequentes eventos.

6 – No decorrer da SEMANA, cada unidade judiciária deverá lançar as **homologações de acordo no sistema PJe**, utilizando os movimentos constantes no anexo I do presente expediente, cabendo aos magistrados(as) a fiscalização da referida atividade.

7 – A divulgação da VIII SEMANA ESTADUAL DE CONCILIAÇÃO e I SEMANA NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS será realizada pela Coordenadoria de Imprensa

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

do TJ. Toda e qualquer atividade paralela agendada pelo(a) magistrado(a), tais como: palestras, seminários, debates, reuniões e/ou ações de cidadania, que visem aproximar o Judiciário e a população, deverão ser comunicadas à Coordenadoria de Imprensa, para respectiva divulgação nos meios de comunicação e no portal do TJ, através do e-mail: coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br.

8 - Os magistrados(as) poderão solicitar, **impreterivelmente, até 30 de abril de 2024**, verba de SUPRIMENTO DE FUNDOS PARA ALIMENTAÇÃO diretamente à Secretaria de Planejamento, através do SIGA-DOC, com a anexação do formulário próprio de solicitação devidamente preenchido, indicando a data e a quantidade de audiências, além do nome dos conciliadores(as) e colaboradores(as) voluntários que participarão da Semana Estadual de Conciliação, no limite de 04 (quatro) pessoas por unidade judiciária. O formulário de solicitação de recursos, está disponível nos Portal do NUPEMEC, em **Portal da Conciliação**, acessível pelo link <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Portal-Conciliacao/683276-formularios-semana-estadual-de-conciliacao-2021.xhtml> .

9 – O Suprimento de Fundos somente será deferido para alimentação dos servidores(as) cedidos, conciliadores(as) e demais colaboradores(as) (estagiários(as) ou voluntários(as)), vez que o horário de audiências será das 8h às 17hs. O referido suprimento não é devido aos(as) magistrados(as), servidores(as), promotores(as) de justiça e defensores(as) Públicos, que recebem auxílio alimentação em sua estrutura remuneratória.

10 – Considerando o horário das 8h às 17h para a realização da VIII Semana Estadual de Conciliação 2024, será concedida 1 (uma) folga aos servidores(as) designados para atuação durante o evento.

11 – Os magistrados(as) das Comarcas do Interior, além da possibilidade de designação de servidor(a) para exercer a função de conciliador(a) durante a Semana Estadual de Conciliação, por meio de portaria, poderão solicitar a colaboração de mediadores(as) e conciliadores(as) aos juízes(as) coordenadores(as) de CEJUSC's, para realização de audiências virtuais.

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas junto à Coordenação do evento, através do endereço eletrônico nupemecpa@tjpa.jus.br ou pelo ramal (91)3205-2741 / 2743 / 2746.

Cordialmente,

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA GOUVEIA DOS SANTOS

Desembargadora Presidente do TJPA

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br



Assinado com senha por MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Use 4009514.27228879-4960 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4009514.27228879-4960>
Documento gerado por NILCE LONGHI RAMOA *Data e hora: 16/04/2024 16:42



TJPAMEM202419731A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

ANEXO I

Código	Descrição	Glossário
12622	Remessa para a Câmara de conciliação/mediação	Movimento que marca a transferência da responsabilidade pelo processo da vara para uma Câmara Privada de Conciliação ou Mediação
12614	Remessa para o CEJUSC	Movimento a ser lançado por ocasião da remessa do processo para mediação/conciliação em CEJUSC
12621	Recebimento no CEJUSC	Movimento que marca a transferência da responsabilidade pelo processo da vara para o CEJUSC
12619	Recebimento do CEJUSC	Registra o recebimento dos autos provindos do CEJUSC
970	Audiência	Exige o uso de dois complementos: - Tipo (conciliação, mediação, preliminar etc.) - Situação (designada, realizada, cancelada, antecipada, não realizada etc.)
12624	Audiência do art. 334 CPC	Com complemento 15 de valor 134, indicando a realização desse tipo de audiência.
12740	De Conciliação	Com os devidos complementos indicando a situação
12752	De Mediação	Com os devidos complementos indicando a situação
466	Homologação de transação	Aplica-se aos casos em que a transação homologada efetivamente põe fim à demanda
12733	Homologação do acordo de não persecução penal	
12738	Homologação de transação penal	
884	Transação penal	Movimento implica na exclusão do nome do beneficiado das certidões, mas inclui na relação de beneficiados para evitar novo benefício. Hipótese prevista para os juizados Especiais Criminais
12616	Composição civil dos danos	Deverão ser cadastradas aqui todas as sentenças sobre extinção de punibilidade criminal, inclusive aquelas que podem ser consideradas sem resolução de mérito

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br



Assinado com senha por MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Use 4009514.27228879-4960 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4009514.27228879-4960>
Documento gerado por NILCE LONGHI RAMOA *Data e hora: 16/04/2024 16:42



TJPAMEM202419731A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

377	Acordo em execução ou em cumprimento de sentença	Registra a decisão do Juiz que homologa o acordo. A execução somente se extinguirá com sentença, a ser registrada em julgamento; Com resolução de mérito; Extinção da execução ou cumprimento de sentença; Não se confunde com julgamento; Com resolução de mérito; Homologação de transação, que é aplicável aos processos de conhecimento
1017	Suspensão condicional da pena	Aplicável em execução penal. Lei 7210/1984 art. 156. O juiz poderá suspender, pelo período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, na forma prevista nos artigos 77 a 82 do Código Penal

Av. Almirante Barroso, 3089, Souza,
Belém/PA, CEP. 66613-710
Telefone: (91)3205-3020.
E-mail: presidencia@tjpa.jus.br



Assinado com senha por MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Use 4009514.27228879-4960 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/signaex/public/app/autenticar?n=4009514.27228879-4960>
Documento gerado por NILCE LONGHI RAMOA *Data e hora: 16/04/2024 16:42



TJPAMEM202419731A

